

LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS APLICÁVEIS NA PROTEÇÃO DO CERRADO: ANÁLISE MULTINÍVEL A PARTIR DO REPOSITÓRIO LEXML Brasil

José Roberto dos Santos Dias¹

Sandro Dutra e Silva²

Eumar Evangelista de Menezes Júnior³

Aline Cristiane Kamiya⁴

Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA¹²³⁴

RESUMO

O Cerrado, reconhecido como um *hotspot* de biodiversidade e responsável pelo abastecimento hídrico de diversos biomas brasileiros, enfrenta graves lacunas em sua proteção jurídica. Este trabalho analisa legislações ambientais relacionadas ao bioma por meio da Plataforma LexML Brasil, utilizando como recorte temporal o período de 1995 a 2025 e comparando os resultados com a Amazônia. Foram identificados 190 (cento e noventa) dispositivos legais associados ao termo “Cerrado”, número significativamente inferior às 508 (quinhentos e oito) ocorrências ligadas à “Amazônia”. Observou-se ainda baixa representatividade de legislações estaduais e municipais, apesar da ampla distribuição do Cerrado em 11 (onze) estados e mais de 1.400 municípios. Essa discrepância evidencia não apenas a fragilidade jurídica específica do bioma, mas também limitações da própria base consultada, que não contemplou leis relevantes, como a Lei Estadual (Goiás) nº 18.104/2013. Conclui-se que há necessidade urgente de ampliar e consolidar marcos legais voltados ao Cerrado, bem como de adotar metodologias complementares de pesquisa que integrem múltiplas fontes de dados.

Palavras-chave: Direito Ambiental; Proteção do Cerrado; Proteção de Biomas; Legislação Ambiental.

INTRODUÇÃO

O Brasil é formado por seis biomas que possuem características distintas e abrigam diferentes tipos de vegetação e de fauna, são eles: Amazônia; Caatinga; Cerrado; Pantanal; Mata Atlântica; Pampa. Embora a Constituição Federal de 1988 (Artigo 225) estabeleça que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, a proteção jurídica dos biomas brasileiros é historicamente desigual. A Amazônia e a Mata Atlântica, por exemplo, contam com legislações específicas, enquanto outros biomas não possuem leis exclusivas de proteção em nível federal, dependendo de normas gerais como o Código Florestal.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2023), o Cerrado é um bioma complexo e variável, reunindo diversos ecossistemas com distintas fitofisionomias, sendo um dos mais importantes *hotspots* de biodiversidade no planeta e um importante produtor e doador de água doce, abastecendo todos os outros biomas brasileiros. Apesar de sua importância ambiental e de representar quase 25% do

território brasileiro, o Cerrado é o bioma com a maior área desmatada nos últimos anos. Em 2024, foram 652.197 hectares, 52,5% do total desmatado no Brasil (MAPBIOMAS, 2025). Cerca de metade do desmatamento que ocorre no Cerrado segue a legislação ambiental vigente, e os imóveis registrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR) no bioma possuem ainda 30 milhões de hectares de excedente de reserva legal (UFMG, 2023).

Dados assim, mostram que a preservação do Cerrado está além do combate ao desmatamento ilegal e necessita de medidas alternativas ao controle para o desmatamento legal também. Assim, o estudo se fundamenta na pesquisa realizada no Laboratório de História Ambiental do Cerrado (LAHAC), da Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA), como parte do projeto de Dissertação de mestrado intitulado “Análise de instrumentos jurídicos no Direito Ambiental Brasileiro: com enfoque para o Bioma Cerrado”, trazendo resultados parciais sobre a análise de leis ambientais em diferentes níveis da federação brasileira voltadas à proteção específica do Cerrado.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a coleta de dados utilizou-se a “Plataforma LexML Brasil”, um portal especializado em informação jurídica e legislativa que reúne leis, decretos, acórdãos, súmulas, projetos de leis entre outros documentos das esferas federal, estadual e municipal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todo o Brasil.

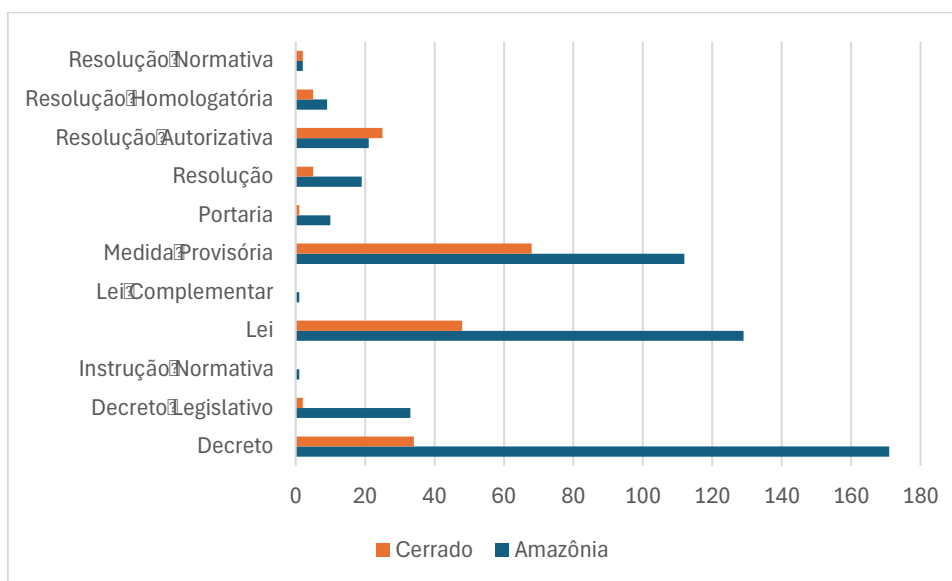
As buscas foram iniciadas com a palavra-chave: “Cerrado” e posteriormente foram utilizados os filtros “Categoria” onde optou-se por “Legislação”; e “Data” onde foi feita a seleção do intervalo de 1995 a 2025. Para efeito de comparação e discussão, o mesmo procedimento foi realizado para a palavra-chave “Amazônia”.

Após a coleta quantitativa dos dados, foi realizada uma análise qualitativa para se avaliar o teor das publicações, com o intuito de classificá-las quanto a sua finalidade, abrangência e efetividade.

RESULTADOS PARCIAIS

Foram identificadas no período de 1995 a 2025, um arcabouço de 190 (cento e noventa) dispositivos legais relacionados ao termo “Cerrado”, sendo 68 (sessenta e oito) Medidas Provisórias, 48 (quarenta e oito) Leis, 34 (trinta e quatro) Decretos e 25 (vinte e cinco) Resoluções Autorizativas, os demais (05 Resoluções, 05 Resoluções Homologatórias, 02 (dois) Decretos Legislativos, 02 (duas) Resoluções Normativas e 01 (uma) Portaria) (Figura 1). Para o termo “Amazônia” foi encontrado um total de 508 (quinhentos e oito) associações, entre elas, 171 (cento e setenta e um) decretos, 33 (trinta e três) decretos legislativos, 1 (um) instrução normativa, 129 (cento e vinte e nove) leis, 1 (uma) lei complementar, 112 (cento e doze) medidas provisórias, 10 (dez) portarias, 19 (dezenove) resoluções, 21 (vinte e uma) resoluções autorizativas, 09 (nove) resoluções homologatórias e 02 (duas) resoluções normativas.

Figura 1. Resultado das buscas na plataforma LEXML através das palavras-chave “Cerrado” e “Amazônia” utilizando os filtros “Legislação” e o período de 1995 a 2025.



Fonte: autores.

Ao ser observado o filtro “Localidade” foram encontrados os seguintes valores: 122 (cento e vinte e duas) associações para “Brasil”, 46 (quarenta e seis) para “Distrito Federal”, 36 (trinta e seis) para Estados (distribuídos entre Minas Gerais; São Paulo e Santa Catarina). O Bioma Cerrado está presente de forma contínua em 11 estados brasileiros e os valores apresentados pela Plataforma LexML Brasil apontam

associações em apenas três deles. Para “Municípios” foram identificadas 15 (quinze) associações para nove municípios distintos. Este resultado é pouco expressivo se considerarmos o fato de que o Cerrado está presente em 1.434 (mil quatrocentos e trinta e quatro) municípios brasileiros, sendo que em 1.062 (mil e sessenta e dois) deles, o Cerrado é o bioma predominante (IBGE, 2025).

O baixo número de estados e municípios apontados pela plataforma, nos levou ao questionamento sobre sua cobertura efetiva. Assim, de modo a verificar a existência ou não de outros documentos vinculados a legislação, realizamos uma busca no Google por leis estaduais de proteção ao Bioma Cerrado. Desta forma, foi possível constatar que o resultado da busca na plataforma não forneceu todos os documentos da categoria “Legislação” que poderiam existir por estados brasileiros. Por exemplo, não encontramos menção a Goiás com a Lei Estadual do Estado de Goiás nº 18.104/2013, que reconhece o bioma Cerrado como Patrimônio Natural do Estado de Goiás.

De forma semelhante, encontramos o mesmo resultado para os municípios, como exemplo, a ausência de Palmas (TO) com o Decreto nº 2.522, de 07 de junho de 2024, que cria o Parque Natural Municipal Papagaio Galego e faz referência à proteção de fragmentos de fitofisionomias do Bioma Cerrado.

CONCLUSÃO

Os números apresentados (190 dispositivos para “Cerrado” versus 508 para “Amazônia”) são expressivos e sustentam a hipótese central do trabalho sobre a assimetria legislativa entre biomas.

Os instrumentos legais disponíveis para proteção do Cerrado são escassos em relação ao número de estados e municípios nos quais ele está presente. Assim, faz-se necessário ressaltar a urgência na elaboração de legislações específicas e políticas robustas para proteção do Cerrado, vez que foi detectado a existência da falta de proteção jurídica em diversos Estados e alguns Municípios, onde está presente o bioma cerrado.

A utilização do Repositório LEXML Brasil como ferramenta principal para a coleta de dados referentes a legislação associada ao bioma Cerrado deve ser

reformulada, com o intuito de se garantir uma coleta de dados mais efetiva. Para isso, o projeto irá adotar outros caminhos metodológicos, como integração com outras bases de dados, como o “Painel Legislação Ambiental” (MMA, 2019).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 ago. 2025.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA. Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas no bioma cerrado (PPCerrado): 4ª fase (2023 a 2027) – Brasília : MMA, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). **Panorama do Código Florestal Brasileiro**. 2. ed. 2023 https://csr.ufmg.br/radiografia_do_cf/wp-content/uploads/2023/07/policy_brief_pt_2edC.pdf

LexML Brasil. Disponível em: <<https://www.lexml.gov.br/>>. Acesso em: 20 de ago. de 2025.

MAPBIOMAS. Relatórios anuais de cobertura e uso da terra no Cerrado: https://brasil.mapbiomas.org/wpcontent/uploads/sites/4/2023/08/FACT_MapBiomias_Mapeamento-Anual-Cobertura_Colecao8_31.pdf